



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2016



ÍNDICE

Nota de Abertura	4
Órgãos Sociais	5
Associados	6
Associados Municipais	6
Associados Não Municipais.....	7
Estrutura Organizativa	8
Recursos Humanos	9
Quadro de Pessoal	9
Recurso à Subcontratação.....	9
Relatório de Atividades	10
Atividades Previstas em Plano de Atividades	11
Observatório de Sustentabilidade.....	11
Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética	12
Participação Atividades RNAE	13
Prestação de Serviços de Consultoria	14
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.....	15
Nearly Zero Energy School	16
Mercado Liberalizado de Energia.....	18
Desenvolvimento de Novas Plataformas de Comunicação Web	19
Compensação do Fator de Potência	20
Produção Descentralizada de Energia Elétrica.....	21
Atividade Prospetiva	22
Atividades Não Previstas em Plano de Atividades	24
Atividades Previstas Mas Não Concretizadas	27
Análise da Situação Económica e Financeira	28

Rendimentos	28
Gastos.....	29
Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício	30
Evolução Previsível da Atividade	30
Divulgações Exigidas por Diplomas Legais.....	31
Proposta de Aplicação de Resultados.....	32
Contas	33
Demonstrações Financeiras	34
Balanço Individual em 31 de dezembro de 2016.....	34
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31 de dezembro de 2016.....	35
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa do Período Findo em 31 de dezembro de 2016 .	36
Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2016.....	37
Aprovação	65

NOTA DE ABERTURA

Uma análise detalhada às atividades realizadas pela *Energaia* durante o ano de 2016 permite não só concluir que se concretizaram todas as atividades previstas no seu plano de atividades e orçamento para o ano, assim como um conjunto significativo de atividades suplementares, que são um sinal das necessidades crescentes do mercado em termos da prestação de serviços nas áreas de atuação da *Energaia*.

O relatório expressa, igualmente, um contínuo aprofundamento da relação da agência com os seus principais associados, os municípios, que, de forma continuada, têm vindo a internalizar os processos conducentes à sustentabilidade energética dos territórios nas prioridades dos executivos municipais, com os benefícios daí decorrentes.

O recente lançamento, por parte da União Europeia, do chamado *winter package*, que vem atualizar e alterar toda a legislação fundamental relacionada com a eficiência energética, apresenta o pano de fundo das obrigações que os municípios estarão sujeitos no futuro, e que é consubstanciado na missão da *Energaia*, conseqüentemente determinando muitas das prioridades que virão a ser estabelecidas, mas que mais não serão do que a continuidade e o aprofundamento da linha de atuação presente.

Toda esta atividade se desenvolve com resultado financeiro positivo, e num contexto de contas sãs, que permitem projetar o desenvolvimento das atividades futuras da agência de acordo com aquilo que são as expectativas dos seus associados.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidência da Mesa da Assembleia Geral

Município de Vila Nova de Gaia

1º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Município de Oliveira de Azeméis

2º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Município de São João da Madeira

Vogais

Município de Espinho

Município de Santa Maria da Feira

Município de Vale de Cambra

ADENE - Agência para a Energia

EDP Distribuição

EDP Gás Distribuição

FEUP - Faculdade de Engenharia da
Universidade do Porto

GALP Energia

ISEP - Instituto Superior de Engenharia do Porto

Metro do Porto

SULDOURO

Universidade de Aveiro

Conselho de Administração

Presidência do Conselho de Administração

Município de Vila Nova de Gaia

Vice-presidência do Conselho de Administração

Município de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração

Município de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração

EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração

ADENE – Agência para a Energia

Conselho Fiscal

Município de Vale de Cambra

GALP Energia

Metro do Porto

ASSOCIADOS

ASSOCIADOS MUNICIPAIS



Município de Espinho



Município de Oliveira de Azeméis



Município de Santa Maria da Feira



Município de São João da Madeira



Município de Vale de Cambra



Município de Vila Nova de Gaia

ASSOCIADOS NÃO MUNICIPAIS



ADENE
Agência para a Energia



EDP Distribuição



EDP Gás Distribuição



FEUP
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto



GALP Energia



ISEP
Instituto de Engenharia da Universidade do Porto



Metro do Porto

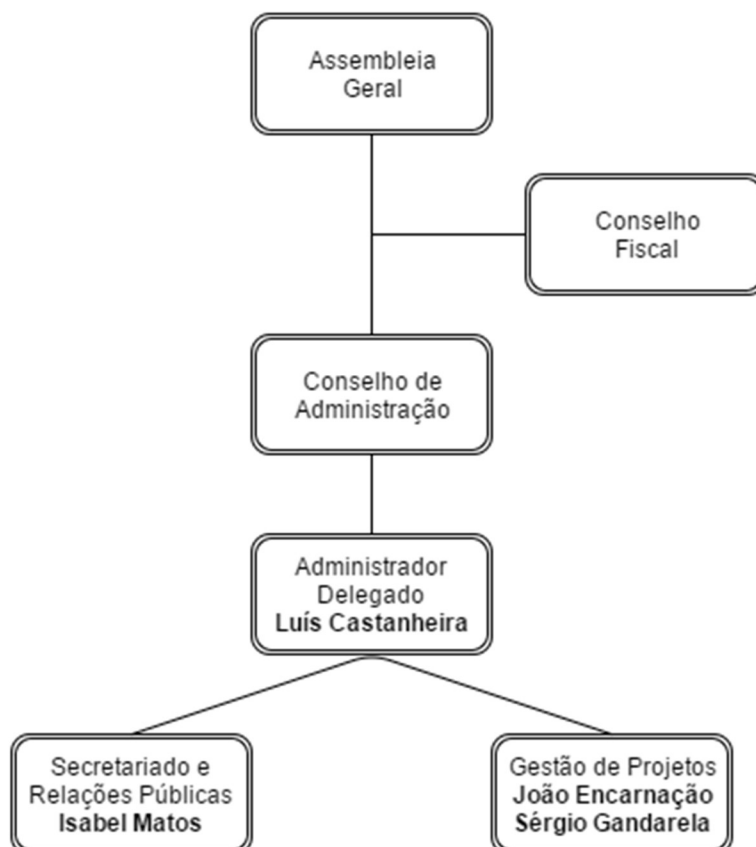


Suldouro
Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos



Universidade de Aveiro

ESTRUTURA ORGANIZATIVA



RECURSOS HUMANOS

QUADRO DE PESSOAL

No final de 2016, a *Energaia* tinha ao seu serviço 4 colaboradores, assim distribuídos:

<i>Função</i>	<i>Número</i>
Administrador Delegado	1
Secretariado e Relações Públicas	1
Gestores de Projetos	2
Total	4

RECURSO À SUBCONTRATAÇÃO

A equipa da *Energaia* caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e o reconhecimento de diversas valências técnicas, que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, como forma de evitar o crescimento insustentável da equipa, e aquando de solicitações específicas que o justifiquem, a *Energaia* recorre à subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2016

ATIVIDADES PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES

A *Energaia* – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, na prossecução da sua missão, desenvolveu durante o ano de 2016 as seguintes atividades:

OBSERVATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Com o Observatório de Sustentabilidade, os Municípios obtêm uma base de dados muito completa, que inclui a caracterização dos edifícios, da iluminação pública, das frotas municipais, do abastecimento e tratamento de água e da recolha e tratamento de resíduos. Nesta plataforma estão contidas informações que englobam características de construção dos edifícios, sistemas e equipamentos técnicos existentes, informações sobre consumos e custos com energia e água obtidas através de faturas e de sistemas de monitorização, bem como outras informações gerais.

Esta plataforma viabiliza a utilização, pela *Energaia* e seus municípios associados, de um conjunto de instrumentos de gestão que convergem para a melhoria da respetiva sustentabilidade territorial, para a redução dos encargos sobre os orçamentos municipais e para a simplificação dos processos administrativos e técnicos relacionados com o abastecimento e consumo energético nos edifícios, equipamentos, espaços e infraestruturas sob a sua responsabilidade.

Durante o ano de 2016, a *Energaia*, dando continuidade à melhoria contínua do Observatório de Sustentabilidade, disponibilizou funções ao nível de: acesso aos dados da Central de Telecontagem da EDP Distribuição; novos relatórios exportáveis como Leituras e Resumo de elemots da Fatura; permanente atualização do processo de upload dos ficheiros EDI da EDP Comercial; upload de ficheiros associados a frotas como Galp Frota, Repsol e Medidata. Por último, importa referir a disponibilização de novas ferramentas de informação associadas às matrizes energéticas que são de acesso público.

Foram também promovidas diversas ações de promoção do Observatório de Sustentabilidade, como por exemplo:

- Conferência “O Futuro das Cidades do Tâmega e Sousa” (Penafiel, 22 de setembro de 2016);
- Encontro Nacional das Agências de Energia (Seixal, 27 de setembro de 2016).

PLANOS DE AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA

A utilização de Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética (PASE), com a devida consideração das ações setoriais específicas aí definidas, são condição essencial para a devida implementação e monitorização de um processo que diminua efetivamente o consumo de energia e as emissões de CO₂ associadas, num determinado território.

A formulação dos referidos planos tem por base a informação das matrizes energéticas dos territórios, atividade que a *Energaia* concluiu em 2013, para a totalidade do seu território de intervenção¹.

Enquanto alguns dos municípios associados se encontram em fase de elaboração dos PASE, outros já viram o seu plano aprovado pela Comissão Europeia, na sequência do compromisso formal que assumiram no âmbito do Pacto de Autarcas.

O Município de Vila Nova de Gaia foi a 2ª cidade signatária a aderir ao Pacto de Autarcas, em abril de 2009, e, fruto do empenho da *Energaia* no acompanhamento do Plano de Ação, esta foi a primeira cidade europeia a relatar formalmente à Comissão Europeia o seu progresso na redução de emissões de CO₂.

Após a fase de desenvolvimento preliminar dos PASE, durante 2015 a *Energaia* procurou junto dos seus associados promover a finalização e a aprovação dos referidos Planos e promover a adesão dos Municípios associados (que ainda não aderiram) à iniciativa Pacto de Autarcas. Com a evolução da iniciativa para o Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, em 2016 não se promoveu a adesão ao programa anterior e procurou-se avaliar as implicações e alterações necessárias aos Planos de Ação já desenvolvidos, para que todos os associados municipais possam promover a sua adesão, expectavelmente, durante o ano de 2017.

¹ Matrizes energéticas disponíveis em www.energaia.pt

PARTICIPAÇÃO ATIVIDADES RNAE

A *RNAE – Associação das Agências de Energia e Ambiente* é uma rede de cooperação nacional constituída por agências de energia e de ambiente de âmbito municipal e regional, cujo objetivo é partilhar informação e experiências, bem como fomentar as parcerias entre agências.

A *Energaia* enquanto associada da *RNAE*, e na sequência do trabalho desenvolvido desde 2010, ao longo de 2016 participou nas atividades que foram desenvolvidas em temas como o Sistema Nacional de Certificação, a Iluminação Pública, a Mobilidade Elétrica e o Pacto de Autarcas. Durante 2016, esta participação foi ainda focalizada nos projetos já aprovados, bem como na formalização de novas candidaturas ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo (PPEC).

Relativamente ao PPEC salienta-se a ação “Luz Certa no seu Município”, “ReFLUX”, “SMART OFFICES – Literacia e Gestão Energética nos Escritórios Portugueses”, “YEL - Young Energy Leaders”, entre outros. O papel da *Energaia* neste âmbito engloba o apoio na análise de propostas submetidas aos procedimentos concursais, ou ainda na avaliação de plataformas e de conteúdos desenvolvidos.

A *Energaia* tem ainda sido representada na *RNAE* pelo seu Presidente do Conselho de Administração, numa participação ativa mensal.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

No âmbito da prestação de serviços de consultoria, a *Energaia* promoveu, no ano de 2016, o estudo energético prévio aos edifícios do Bairro do Orreiro do Município de São João da Madeira, tendo como objetivo o enquadramento do bairro social em candidaturas ao Portugal 2020.

Como forma de garantir o financiamento e fecho de programa de financiamento FEDER, a *Energaia* promoveu ainda a prestação de serviços de Certificação Energética do Pavilhão das Travessas e do Centro de Formação Desportiva, do Município de São João da Madeira.

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA

A *Energaia* tinha já sido contratada pelo Instituto Politécnico do Porto para integrar um projeto para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM-TS), que incorporou o apoio ao desenvolvimento de matrizes energéticas dos Municípios que integram a CIM-TS e que suportaram a formulação da estratégia para a sustentabilidade energética do território abrangido, consubstanciada em Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética Municipal, também estes integrados no apoio.

Igualmente no âmbito deste projeto, esteve englobada a utilização do Observatório de Sustentabilidade, com acesso a todas as funcionalidades, tendo por objetivo a aferição de potenciais de poupança energética nas instalações dos Municípios da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

A utilização do Observatório de Sustentabilidade foi incentivada através da disponibilização de um manual de utilização e realização de uma sessão de formação com os técnicos dos vários municípios, durante a qual foram exemplificadas as potencialidades desta ferramenta e esclarecidas as dúvidas dos utilizadores.

A utilização do Observatório de Sustentabilidade permitiu identificar oportunidades de poupança a rondar os 30.000,00 € por ano, apenas com a análise da faturação, incidindo em oportunidades como a redução do custo com energia reativa e identificação de instalações com consumo nulo ou anormalmente baixo.

Durante 2016 perspectivava-se a utilização do Observatório de Sustentabilidade por parte da CIM-TS e seus associados para aferição de novas oportunidades de poupança, assim como no apoio ao desenvolvimento de procedimento concursal em regime de mercado liberalizado, contudo tal não se concretizou.

NEARLY ZERO ENERGY SCHOOL

No ano de 2014 teve início uma ação entre a *Energaia* e o Município de Santa Maria da Feira para a promoção um projeto-piloto de reabilitação da escola de Canedo, de acordo com os princípios de conceção associados ao conceito NZEB, que já permitiu uma poupança na ordem dos 20.000,00 €/ano, após um investimento de cerca de 17.000,00 €.

Em 2016, os mesmos princípios de reabilitação energética já se consolidaram como uma referência para o desenvolvimento de mais estudos em outros edifícios escolares, que resultaram na identificação de oportunidades significativas de melhoria da eficiência energética e hídrica, com investimentos reduzidos.

Neste ano, foi concluído o estudo de aplicação de princípios semelhantes de reabilitação energética no edifício do Instituto Superior de Paços de Brandão (ISPAB) e Escola Profissional de Paços de Brandão (EPPB), em Santa Maria da Feira, tendo igualmente o objetivo de identificar oportunidades de melhoria da eficiência energética com investimentos reduzidos. As recomendações identificadas incluíram melhorias na iluminação, através da substituição de tecnologias mais antigas por tecnologias a LED mais eficientes, pelo comando da iluminação com recurso a detetores de presença e condicionado à existência de luz natural suficiente; incluíram igualmente soluções para reduzir o pagamento de energia reativa, várias medidas de gestão de energia de baixo investimento e com forte componente comportamental, um sistema de produção de energia através de uma unidade de produção para autoconsumo (UPAC) fotovoltaica e um sistema de monitorização de consumos e gestão de energia. A quantificação permitiu estimar uma redução mínima anual de 38.336 kWh de energia, reduzir custos no valor de 8.586,10 € e evitar a emissão de 13.801 kgCO₂e.

Foi igualmente concluído, neste ano, um estudo ao “Ninho” da Creche Albino Dias Fontes Garcia em São João da Madeira, no qual foram analisadas medidas de melhoria da envolvente do edifício, nomeadamente isolamento das coberturas, isolamento pelo exterior das paredes exteriores e substituição dos vãos envidraçados, assim como uma substituição de tecnologias mais antigas por tecnologias a LED mais eficientes, pelo comando da iluminação com recurso a detetores de presença e condicionado à existência de luz natural suficiente, um sistema de monitorização de consumos e gestão de energia, otimização do funcionamento do sistema de águas quentes sanitárias, colocação de dispositivo de eficiência hídrica e produção de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica para autoconsumo e energia térmica com recurso a painéis solares. A

quantificação permitiu estimar uma redução mínima anual de 27.813 kWh de energia, 96 m³ de água, reduzir custos num valor de 4.400,82 € e evitar a emissão de 9.482kgCO₂e.

MERCADO LIBERALIZADO DE ENERGIA

As tarifas reguladas de venda a clientes finais terminaram no final do ano de 2012 para a totalidade dos consumidores portugueses de eletricidade e gás natural. Os clientes que permaneceram em mercado regulado, ficaram sujeitos a um período transitório e a ser abastecidos pelo comercializador de último recurso com uma tarifa transitória fixada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), e que está sujeita a revisão trimestral e possível agravamento dos preços aplicados.

Considerando a elevada quantidade de contratos de energia a cargo dos Municípios e das especificidades de contratação pública a que estão sujeitos, a transição para mercado liberalizado torna-se um processo mais complexo para os Municípios, comparativamente à maioria das organizações. A quantificação dos consumos nos vários contratos e as diferentes características de cada contrato aumentam a complexidade na quantificação dos custos com as diferentes tarifas, taxas e impostos. Esta tarefa é consideravelmente simplificada com a utilização de um processo de quantificação automatizado, como aquele disponibilizado pelo Observatório de Sustentabilidade, e desenvolvido pela *Energaia* para os seus Municípios associados.

A contribuição da *Energaia* neste tema tem englobado o apoio na elaboração de procedimentos concursais de aquisição de energia em mercado liberalizado, que incluam informação precisa sobre os históricos de consumos e um conjunto de critérios técnicos importantes para a obtenção de condições comerciais economicamente favoráveis e com disponibilização de informação útil para realizar uma correta gestão de energia.

Em 2016, a *Energaia* continuou o apoio prestado aos Municípios associados, na elaboração dos procedimentos concursais, nomeadamente na atualização e no aperfeiçoamento de métodos e aplicações de tratamento da informação sobre os consumos de energia.

A *Energaia*, através de prestação de serviços, concretizou ainda o apoio técnico ao Município de Arouca no desenvolvimento de Procedimento Concursal de Contratação de Energia em Mercado Liberalizado.

DESENVOLVIMENTO DE NOVAS PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO WEB

Em linha com a estratégia definida da potenciação de uma maior proximidade da agência com o cidadão do seu território de intervenção, em 2016 a *Energaia* iniciou o processo de renovação das suas plataformas de comunicação, com vista a uma mais efetiva divulgação das suas atividades, mas também de uma relação mais eficiente com os seus principais *stakeholders*.

Com estes objetivos foram desenvolvidos um novo website e uma nova plataforma de elaboração e distribuição de *newsletters*, com a criação de espaços reservados, não só para partilha de material de projetos com os clientes, mas também para a disponibilização de material de interesse geral, sujeito a registo do cidadão.

As novas plataformas de comunicação serão tornadas públicas durante 2017, esperando-se, assim, que potenciem não só o maior reconhecimento geral das atividades desenvolvidas por parte dos associados, mas também do cidadão em comum, permitindo também uma aferição mais eficaz da eficiência das medidas desenvolvidas.

Esta análise de eficiência terá por base a utilização de ferramentas analíticas de análise de tráfego, o que permitirá por sua vez a reformulação das estratégias de marketing e comunicação da organização.

COMPENSAÇÃO DO FATOR DE POTÊNCIA

Quando existe consumo de energia elétrica numa instalação, essa mesma energia elétrica pode ser dividida em dois tipos: a energia ativa, que é consumida em todos os equipamentos elétricos para realizarem a sua função (útil), e a energia reativa, que é consumida em alguns equipamentos na produção de campos magnéticos necessários ao seu funcionamento (não útil). O consumo de energia reativa não pode ser anulado, mas o seu consumo pode ser minimizado e o pagamento desta componente na fatura pode ser evitado com a adoção de algumas medidas, entre as quais se encontra a instalação de baterias de condensadores e adaptações nos equipamentos existentes.

No seguimento dos estudos realizados em anos anteriores, em 2016, foram realizados novos estudos diagnósticos que resultaram na identificação de instalações com baixo fator de potência e com custos associados ao consumo de energia reativa.

No seguimento da apresentação e aprovação, em 2016, de 8 candidaturas ao Aviso 18 – Redução de Consumos de Energia Reativa no Estado 2015 do FEE - Fundo de Eficiência Energética, com um financiamento total de 14.013,88 €, a *Energaia* acompanhou igualmente a respetiva implementação das soluções de baterias de condensadores aprovadas em edifícios de pisciniais municipais, recintos desportivos, paços de concelho, escolas, edifício de espetáculos e centro tecnológico. Foi efetuado o acompanhamento do desempenho das soluções implementadas, que se encontram encaminhadas para obter as poupanças identificadas em estudo, que rondavam uma poupança anual de 9.315,86 €, assim como foi prestado apoio aos Municípios na preparação dos pedidos de pagamento do apoio e elaboração do Relatório Final de Operação (RFO) para cada candidatura.

Em 2016 foi efetuada a monitorização do consumo de energia reativa e dos custos inerentes, encontrando-se novas oportunidades de reduzir os custos com esta componente, que apresentavam um potencial de redução de custos anuais de aproximadamente 23.875,34 €.

PRODUÇÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA

Com a definição de um novo regime de produção descentralizada de energia elétrica, através da publicação do Decreto-Lei n.º 153/2014, vai ser possível produzir energia em regime de autoconsumo, em que a produção destina-se predominantemente a consumo na instalação associada à unidade de produção, com possibilidade de ligação à rede (RESP) para a venda, a preço de mercado, da eletricidade não autoconsumida. Será igualmente possível produzir energia elétrica em regime de pequena produção, em que o produtor poderá vender a totalidade de energia produzida com uma tarifa atribuída com base num modelo de licitação, no âmbito do qual os concorrentes oferecem descontos à tarifa de referência.

Considerando o elevado potencial económico e ambiental para os Municípios com a produção descentralizada de energia nos vários edifícios e infraestruturas municipais e tendo em conta o contributo potencial para atingir os objetivos do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis, a *Energaia* iniciou em 2016 uma avaliação de potenciais oportunidades de implementação de sistemas com recurso a energias renováveis, que revelem ser investimentos rentáveis e permitam um aumento da produção de energia limpa.

Os estudos realizados incidiram sobre a tecnologia solar fotovoltaica e demonstraram que a aquisição deste tipo de sistemas encontra-se cada vez mais competitiva, devido à redução dos custos de aquisição e instalação dos equipamentos, assim como em resultado da tendência de aumento das tarifas de energia. Comparativamente a outras medidas de eficiência energética, o investimento nesta tecnologia ainda apresenta menores benefícios financeiros e ambientais, devendo a sua aplicação ser promovida em conjunto com medidas de eficiência energética específicas para cada caso concreto.

A quantificação dos potenciais benefícios em quatro instalações permitiu estimar uma produção anual de 135.927 kWh de energia, reduzir custos no valor de 16.861,45 € e evitar a emissão de 119.902 kgCO₂e.

No final de 2016 a *Energaia*, por solicitação do Município de Espinho, iniciou a análise dos sistemas fotovoltaicos existentes no Centro Escolar de Anta e Silvalde, atualmente sem qualquer produção. Esta análise incidirá sobre a possibilidade técnica e legal de produção energética dos sistemas e consequente mais-valia económica.

ATIVIDADE PROSPETIVA

A aquisição e desenvolvimento de novas competências e conhecimento nos domínios da Energia e Ambiente têm sido uma constante na estratégia da *Energaia*. Desta forma, a Agência tem orientado a sua estratégia no sentido de intervir e cooperar em projetos com impacto, vocacionados para o desenvolvimento e competitividade territorial. Estrategicamente, a *Energaia* sempre estudou novas oportunidades de parceria e cooperação com outras entidades públicas e privadas, bem como formas alternativas de financiamento, nomeadamente, projetos que contemplem candidaturas a fundos comunitários.

Assim, a *Energaia* participou em candidaturas a vários programas e instrumentos de financiamento:

- Desenvolvimento de Candidaturas ao PPEC – Plano de Promoção da Eficiência ao Consumo de Energia 2017-2018, nomeadamente:
 - a. Medida intangível “Energy Cards”, que tem como público-alvo as Escolas Básicas e na qual a *Energaia* é o promotor;
 - b. Medida intangível “PDEE – Programa Digital para a Eficiência Energética das IPSS”, que tem como público-alvo as IPSS e na qual a *Energaia* é o promotor;
 - c. Medida intangível “Agência Pessoal de Energia”, que tem como setor alvo o Residencial e Pequeno Comércio e Serviços e na qual a *Energaia* é o promotor.
- Apoio ao desenvolvimento de Candidaturas ao PPEC – Plano de Promoção da Eficiência ao Consumo de Energia 2017-2018, nomeadamente:
 - a. Medida intangível “Observatório Energético 2.0”, que tem como setor alvo os Municípios e na qual a RNAE é o promotor;
 - b. Medida intangível “Orçamentos Participativos para a Energia”, que tem como setor alvo os Municípios e na qual a AMP – Área Metropolitana do Porto é o promotor.
- Apoio aos municípios associados, na elaboração e submissão de candidaturas ao Fundo de Eficiência Energética, Aviso 21 – Administração pública eficiente 2016, assim como realização de visitas técnicas a essas mesmas instalações e realização do estudo das medidas a implementar. As medidas identificadas e incluídas nas candidaturas apresentadas estimam na totalidade uma redução anual de 177.559 kWh de energia, reduzir custos num valor de 31.514,82 € e evitar a emissão de 53.657 kgCO₂e.

- Participação no consórcio de candidatura ao Projeto BundleUP (Novel PDA Methodology to energize Public and Private European Energy Efficiency Projects) submetido ao EE-22-2016: Project Development Assistance no âmbito do H2020.
- Em coordenação com o Município de Vila Nova de Gaia e São Tomé e Príncipe, a *Energaia* desenvolveu candidatura ao STP EuropeAid, Supporting the participation of Sub Saharan cities in the the Covenant of Mayors.
- Início da participação no consórcio de candidatura ao Aviso N.º 02/SAICT/2016 V.01 Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT) – Projetos em Copromoção 02SAICT2016, em parceria com o GECAD/ISEP.

No seguimento de candidaturas realizadas em 2015, durante 2016, a *Energaia* apoiou a implementação das medidas associadas às candidaturas aprovadas no Fundo de Eficiência Energética, AVISO 18 – Redução de Consumos de Energia Reativa no Estado 2015.

A *Energaia* viu em 2016 aprovada a Medida intangível “Agência Pessoal de Energia”, do PPEC – Plano de Promoção da Eficiência ao Consumo de Energia 2017-2018. Esta medida tem como setor alvo o Residencial e Pequeno Comércio e Serviços e na qual a *Energaia* é o promotor. O orçamento global deste projeto é de 260.662,53 € e os principais elementos constituintes são:

- Agente Pessoal de Energia: Aplicação móvel (app) e aplicação informática (baseada na web) que permitam aos cidadãos uma gestão pessoal de energia (faturas de energia, leituras de contador, monitorização...);
- Comunidade energética: base de dados de estatísticas de consumo de energia elétrica e indicadores de desempenho energético;
- Eficiência energética e utilização racional de energia: conteúdos informativos sobre boas práticas para divulgação aos cidadãos;
- Divulgação e sensibilização: sessões de apresentação no território nacional, página web, newsletter, divulgação de um manual de boas práticas.

ATIVIDADES NÃO PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES

No ano de 2016 foram desenvolvidas as seguintes atividades não previstas em sede de Plano de Atividades:

- Na sequência das várias perspetivas de Avisos de Candidatura a Fundos de Financiamento Nacionais e Comunitários, durante 2016, a *Energaia* apoiou os seus associados na interpretação e na identificação das atividades bem como na apresentação de orçamentos indicativos;
- No âmbito do projeto CASI (Public Participation in Developing a Common Framework for Assessment and Management of Sustainable Innovation), em coordenação com o Município de Espinho, a *Energaia* participou nos diversos eventos promovidos pelo Município;
- Por convite do Município de Espinho, a *Energaia* participou ativamente no projeto “Active Citizens for Active Climate Protection - AC4ACP”;
- Apreciação de Caderno de Encargos para Renting de Iluminação do Município de Vila Nova de Gaia;
- Apoio ao Município de Vila Nova de Gaia no preenchimento de inquérito “Índice de Cidades Inteligentes”;
- Início da análise de Eficiência Energética ao Europarque, em Santa Maria da Feira;
- A *Energaia* apoiou os associados na submissão de candidaturas à Medida do PPEC “Auditorias Energéticas a Escolas”, promovida pela Quercus. Nesta ação, o Município de Oliveira de Azeméis obteve aprovação para realização de auditoria na escola EBS Dr. Ferreira da Silva;
- Início da análise aos consumos e custos com energia da Associação do Centro Social de Escapães;

- Apoio técnico ao Município de Espinho na identificação de anomalia em caldeira de gás natural do Balneário Marinho, bem como identificação de medidas de melhoria;
- Apoio ao Município de São João da Madeira na elaboração de um novo modelo de concessão ou exploração direta das Redes de distribuição de eletricidade em baixa tensão (RDBT);
- Análise à proposta de Aviso - Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local – NORTE 2020 e envio de comentários e contributos de melhoria à Área Metropolitana do Porto;
- Desenvolvimento de Projeto de Execução de Modernização da Iluminação Pública de São João da Madeira – Fase I;
- Na sequência do desenvolvimento do Relatório de Execução e Progresso, 2º Biénio, da ETAR Gaia Litoral Apoio, a *Energaiia*, durante o ano de 2016, procedeu aos esclarecimentos necessários às Águas do Norte (ex SimDouro);
- Em 2016, a *Energaiia* concluiu o estudo ao Complexo Desportivo Paulo Pinto em São João da Madeira, elaborando um plano de ação para eficiência energética e hídrica, que teve como objetivo identificar um conjunto de medidas de racionalização, que aumentassem a eficiência na utilização dos recursos na instalação. Foram identificadas várias oportunidades de otimização dos consumos, que passavam, por exemplo, pela substituição das caldeiras existentes por outras mais eficientes, isolamentos dos circuitos de energia térmica, cobertura do plano de água da piscina, produção de energia renovável com recurso a sistema solar térmico e um sistema solar fotovoltaico, substituição de tecnologias de iluminação mais antigas por tecnologias LED mais eficientes, redução dos consumos de água pela aplicação de dispositivos finais de elevada eficiência hídrica e implementação de um sistema de gestão técnica centralizada que permita monitorizar e otimizar a utilização dos equipamentos e melhore a eficiência de utilização dos recursos no empreendimento. A quantificação permitiu estimar uma redução mínima anual de 2.317 m³ de água, 795.710 kWh de energia, reduzir custos num valor de 80.838,98 € e evitar a emissão de 445.500 kgCO₂e. Este estudo foi fundamental na seleção desta instalação para candidatura ao AVISO

Nº NORTE-03-2016-26 - Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração
Local do NORTE 2020.

ATIVIDADES PREVISTAS MAS NÃO CONCRETIZADAS

Todas as atividades presentes do Plano de Atividades da *Energaia* para o ano de 2016 foram concretizadas.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Apesar da informação legalmente exigível se encontrar disponível nas demonstrações financeiras apresentadas, que fazem parte do presente documento, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação, resultante da ação desenvolvida no âmbito do plano de atividades e orçamento que foram oportunamente aprovados.

Para o efeito apresentamos mapas de pormenor, facilitadores para a compreensão e análise.

RENDIMENTOS

Os rendimentos obtidos, no período em análise, perfizeram um total de 217.099 euros, distribuídos pelas seguintes rubricas:

Rubricas	2015			2016		
	Real	Orçamento	Desvio	Real	Orçamento	Desvio
72 Prestações de serviços	273 208	200 000	73 208	216 714	200 000	16 714
78 Outros rendimentos	1 914		1 914	384		384
Total	275 122	200 000	75 122	217 099	200 000	17 099

Conforme se pode observar, a execução excedeu em 8,55 por cento em relação ao orçamento, correspondendo a um desvio positivo de 17.099 euros. O facto determinante, como se poderá constatar no mais detalhado abaixo, deve-se aos valores realizados na execução da prestação de serviços.

Rubricas	2105	2016	Varição
722 Quotizações e jóias	198 220	197 319	-0,45%
725 Outras prestações de serviços	74 988	19 395	-74,14%
78 Outros rendimentos	1 914	384	-79,92%
Total	275 122	217 099	-21,09%

A rubrica Prestação de Serviços reflete as quotizações aos associados, no montante de 50.936 euros, bem como as quotizações extraordinárias, aprovadas no âmbito do orçamento 2014/2017 e debitadas aos municípios associados, no total de 146.383 euros.

Engloba, ainda, prestações de serviços no montante de 19.395 euros, que contribuíram, de forma positiva, para o desvio verificado.

Em Outros rendimentos foi inscrita a quantia de 304 euros, correspondente a juros obtidos de depósitos a prazo.

O quadro seguinte apresenta o peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos rendimentos dos exercícios de 2015 e 2016.

Rubricas	2015	2016
72 Prestações de serviços	99,30%	99,82%
78 Outros rendimentos	0,70%	0,18%
Total	100,00%	100,00%

GASTOS

Os gastos ocorridos no período em análise perfizeram um total de 184.512 euros, distribuídos pelas seguintes grandes rubricas.

Rubricas	2015			2016		
	Real	Orçamento	Desvio	Real	Orçamento	Desvio
62 Fornecimentos e serviços externos	68 002	52 081	15 921	57 818	75 631	-17 813
63 Gastos com pessoal	157 238	147 919	9 319	120 929	124 369	-3 440
64 Gastos de depreciação e de amortização	920		920	1 344		1 344
68 Outros gastos	20 859		20 859	4 420		4 420
69 Gastos de financiamento	10		10			
Total	247 028	200 000	47 028	184 512	200 000	-15 488

Da análise sumária ao quadro anterior, podemos concluir que o maior contributo para o desvio dos gastos do ano em apreço foi a rubrica de fornecimentos e serviços externos, em virtude da adoção de medidas de redução e contenção de gastos, que se viram igualmente refletidas nos gastos com o pessoal.

A exemplo do nível de execução global, no capítulo dos gastos a variação é negativa, isto é, gastou-se menos 7,74 por cento.

Tal como acima se apresentou em relação às várias rubricas de rendimentos, identificamos, no quadro abaixo, o peso de cada uma das rubricas no total dos gastos, no que respeita a 2015 e ao período em apreciação.

Rubricas	2015	2016
62 Fornecimentos e serviços externos	27,53%	31,34%
63 63 Gastos com pessoal	63,65%	65,54%
64 Gastos de depreciação e de amortização	0,37%	0,73%
68 Outros gastos	8,44%	2,40%
69 Gastos de financiamento	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%

Constatamos, até pela natureza da nossa instituição, que as duas grandes rubricas de gastos são a rubrica de fornecimentos e serviços externos e a rubrica de gastos com o pessoal.

O recurso aos fornecimentos e serviços externos representou 31 por cento dos gastos ocorridos no período em análise, sendo que as rubricas com maior peso neste período são as relativas a “Subcontratos”, “Trabalhos especializados” e “Rendas”.

Perante estes valores, fica-nos o resultado antes de impostos no valor de 32.587 euros. Assim, após o registo da estimativa do IRC a pagar (tributações autónomas), no total de 14 euros, apurou-se um lucro de 32.573 euros, verificando-se uma variação positiva face ao exercício anterior, em que se situou nos 27.936 euros, e que está em conformidade com o desempenho orçamental referido anteriormente.

Face ao desempenho acima divulgado, em termos de rácios de particular relevância económica e financeira, a autonomia financeira é de 88 por cento, traduzindo-se num aumento relativamente ao ano anterior, que foi de 82 por cento. A liquidez geral foi de 5,6, sendo agora de 8,1.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

Em 2017, a *Energaia* prevê a continuidade dos objetivos estratégicos definidos para o quadriénio 2014-2017, objetivos esses que continuam plenos de sentido em função das prioridades dos territórios assim como dos conteúdos programáticos dos programas de financiamento estruturais recentemente tornados públicos.

Nesse mesmo sentido, é expectável que a agência dê continuidade às atividades de suporte aos municípios, que se têm revelado altamente geradoras de valor, mas também que possa vir a reabrir novamente a sua atividade em projetos de cariz internacional, em favor desta mesma criação de valor.

DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80, de 7/11, informa-se que não existem dívidas vencidas para com o Estado.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, informa-se que não existem dívidas perante a Segurança Social.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício foi positivo de 32.572,83 € (Trinta e Dois Mil Quinhentos e Setenta e Dois Euros e Oitenta e Três Cêntimos), o qual se propõe seja levado à conta de resultados transitados.

Vila Nova de Gaia, 21 de março de 2017

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vítor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia

CONTAS

2016

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/16	31/dez/15
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 285,26	1 848,06
		2 285,26	1 848,06
Ativo corrente			
Créditos a receber	2.3/10.2	19 247,66	29 908,73
Estado e outros entes públicos	14.2	62,23	1 359,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	2.3/10.1	24 422,50	94 870,52
Diferimentos	14.1	361,87	355,09
Caixa e depósitos bancários	10.3	196 235,44	90 557,38
		240 329,70	217 051,04
Total do ativo		242 614,96	218 899,10
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	2.3/10.4	191 240,00	191 240,00
Reservas	10.4	875 752,32	875 752,32
Resultados transitados	10.4	-886 617,76	-914 553,99
Resultado líquido do período		32 572,83	27 936,23
Total dos fundos patrimoniais		212 947,39	180 374,56
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.5	4 163,56	11 270,97
Estado e outros entes públicos	14.2	6 005,17	4 179,15
Financiamentos obtidos	10.7	77,95	402,17
Outros passivos correntes	2.3/10.6	19 420,89	22 672,25
		29 667,57	38 524,54
Total do passivo		29 667,57	38 524,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		242 614,96	218 899,10

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	6/10.1	216 714,10	273 207,95
Fornecimentos e serviços externos	12/14.3	-57 817,85	-68 002,36
Gastos com o pessoal	9	-120 929,37	-157 237,59
Outros rendimentos	14.4	384,49	1 914,37
Outros gastos	14.5	-4 420,31	-20 858,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33 931,06	29 023,81
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-1 344,34	-919,70
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32 586,72	28 104,11
Juros e gastos similares suportados	11		-9,69
Resultado antes de impostos		32 586,72	28 094,42
Imposto sobre o rendimento do período	8	-13,89	-158,19
Resultado líquido do período		32 572,83	27 936,23

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		298 004,80	324 290,46
Pagamentos a Fornecedores		-67 774,78	-69 255,29
Pagamentos ao Pessoal		-120 858,57	-160 894,76
Caixa gerada pelas operações		109 371,45	94 140,41
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-234,31	-2 108,16
Outros recebimentos/pagamentos		-1 657,80	5 011,09
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		107 479,34	97 043,34
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		1 781,54	2 240,35
Recebimentos provenientes de :			
Juros e rendimentos similares		304,48	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1 477,06	-2 240,35
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		77,95	402,17
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		402,17	6 663,00
Juros e gastos similares		0,00	210,09
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-324,22	-6 470,92
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		105 678,06	88 332,07
Caixa e seus equivalentes no início do período	10.3	90 557,38	2 225,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.3	196 235,44	90 557,38

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Valores em euros

1. Identificação da entidade

Identificação da entidade:

Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto

Sede:

Avenida Manuel Violas, n.º 476 - 23
4410-136 São Félix da Marinha

Natureza da atividade:

A *Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto* é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com área de intervenção ao nível do Sul da Área Metropolitana do Porto, focalizada na criação e dinamização de ações nas áreas da energia e informação.

A *Energaia* surgiu no seguimento da aprovação de uma candidatura submetida à CCDR-N no âmbito do concurso para a Promoção e Desenvolvimento da Rede Territorial de Agências de Energia, vindo desta forma dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela *Energaia* como Agência Municipal de Energia de Gaia constituída em 1999.

Em 1999, a *Energaia* foi criada por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo de um contrato com o Programa SAVE II da Comissão Europeia, que apoiava a criação e o funcionamento deste tipo de organizações durante três anos. No âmbito desse acordo, a *Energaia* teve como parceiros de contrato as agências de Vercelli (Itália) e Valência (Espanha).

Durante a primeira década de existência, a *Energaia* focou a sua atividade no Município de Gaia, tendo contribuído para o seu desenvolvimento sustentável através de projetos e políticas na área da Utilização Racional de Energia e Sustentabilidade.

Com o alargamento territorial a seis Municípios: Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Espinho, São João da Madeira e Vale de Cambra, a *Energaia* enfrenta um novo desafio,

o de contribuir para a sustentabilidade e competitividade dos territórios, aumentando assim a qualidade de vida dos seus cidadãos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Indicação do referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCFR-ESNL) do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, sendo a moeda de apresentação o Euro, com arredondamento ao cêntimo.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

A informação é comparável com respeito ao período anterior para a maioria das quantias relatadas nas demonstrações financeiras; no entanto, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, foram aprovados novos instrumentos contabilísticos do SNC já referidos na nota 2.1.,

aplicáveis aos períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, pelo que houve necessidade de se proceder à reclassificação e ajustamentos de algumas rubricas das demonstrações financeiras.

Ajustamentos de transição		
Anterior referencial contabilístico/Reclassificação	2015	2015 (atual)
Cientes	3.468,60	
Outras contas a receber	26.440,13	
Créditos a receber		29.908,73
Fundadores/... (ao valor de realização)	92.370,52	
Fundadores/... (ao valor de subscrição)		94.870,52
Fundos (ao valor de realização)	188.740,00	
Fundo (ao valor de subscrição)		191.240,00
Outras contas a pagar	22.672,25	
Outros passivos correntes		22.672,25

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual, quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e que permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado de:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

i) Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados /membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros, que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

ii) Créditos a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo, estando deduzidos, no Balanço, das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem, de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

iii) Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros, cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontram em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

iv) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

v) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas ao seu custo.

vi) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos incluem os juros e os encargos financeiros dos descobertos bancários e dos empréstimos obtidos a curto prazo. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efetiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e que devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que haja a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

A matéria coletável das pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial, ou agrícola é determinada nos termos dos artigos 53º e 54º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

À matéria coletável determinada, é aplicada a taxa de 21% nos termos do n.º 5 do art.º 87, acrescendo, ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser valorizada com fiabilidade.

Subsídios

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável. Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

3.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4. Ativos fixos tangíveis

Outros ativos fixos tangíveis

Os “ativos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, as quais se situam nos intervalos definidos no Decreto - Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, o qual estabelece as taxas de depreciação aceites para efeitos fiscais.

As taxas atualmente aplicadas aos “ativos fixos tangíveis” refletem a vida útil esperada dos bens, segundo a seguinte tabela:

Período de vida útil esperada dos bens	Número de anos
Equipamento básico	5 a 15
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

Existem, para além das vidas úteis mencionadas, bens depreciados a 100%, de acordo com o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos no valor dos “ativos fixos tangíveis”, bem como nas respectivas depreciações, foram os seguintes:

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Básico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.675.311,32	87.574,42	1.849,80	2.764.735,54
Adições		2.240,35		2.240,35
Transferências				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.675.311,32	89.814,77	1.849,80	2.766.975,89
Depreciações acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.675.311,32	87.047,01	1.849,80	2.764.208,13
Depreciações do exercício				
Transferências		919,70		919,70
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.675.311,32	87.966,71	1.849,80	2.765.127,83
Valor líquido		1.848,06		1.846,06

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Básico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.675.311,32	89.814,77	1.849,80	2.766.975,89
Adições		1.781,54		1.781,54
Transferências				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.675.311,32	91.596,31	1.849,80	2.768.757,43
Depreciações acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.675.311,32	87.966,71	1.849,80	2.765.127,83
Depreciações do exercício		1.344,34		1.344,34
Transferências				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.675.311,32	89.311,05	1.849,80	2.766.472,17
Valor líquido		2.285,26		2.285,26

A gestão dos ativos afetos ao projeto Gaia Global foi transferida para a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo do acordo de cessão de exploração celebrado entre esta Câmara e a *Energisa*, em 24 de outubro de 2007.

5. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Outros ativos intangíveis	Total
	Programas de computador	
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.388,30	12.388,30
Adições		
Transferências		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.388,30	12.388,30
Amortizações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.388,30	12.388,30
Amortizações do exercício		
Transferências		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.388,30	12.388,30
Valor líquido	0,00	0,00

Rubricas	Outros ativos intangíveis	Total
	Programas de computador	
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.388,30	12.388,30
Adições		
Transferências		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.388,30	12.388,30
Amortizações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.388,30	12.388,30
Amortizações do exercício		
Transferências		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.388,30	12.388,30
Valor líquido	0,00	0,00

6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser valorizada com fiabilidade.

Para os per6odos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes r6ditos:

Rubricas	2016	2015
Prestat6o de servi7os		
Quotiza76es e joias	197.319,10	198.219,94
Outras presta76es de servi7os	19.395,00	74.988,01
Totais	216.714,10	273.207,95

7. Subs6dios e outros apoios

Os “subs6dios 6 explora76o” s6o reconhecidos na demonstra76o de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

Os subs6dios obtidos s6o de “outras entidades”, no 6mbito do FEDER, conforme se apresenta:

Descri76o	Natureza	31.12.2016			31.12.2015		
		Capitais pr6prios	Ativo Passivo	Demonstra76o dos resultados	Capitais pr6prios	Ativo Passivo	Demonstra76o dos resultados
Nova Ag6ncia	N6o reembols6vel					-3.301,02	-15.331,72
	Total						
	Subs6dio ao investimento						
	Subs6dio 6 explora76o					-3.301,02	-15.331,72

Ap6s o encerramento do processo de candidatura inerente ao subs6dio “Nova Ag6ncia”, foi necess6rio proceder 6 corre76o dos valores imputados nos exerc6cios anteriores, considerando que a execu76o do mesmo se situou abaixo dos valores eleg6veis.

8. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exerc6cio 6 determinado com base na mat6ria colet6vel, que se obt6m pela dedu76o ao rendimento global dos montantes correspondentes aos custos comuns e outros custos imput6veis aos rendimentos sujeitos a imposto e n6o isentos e dos benef6cios fiscais que consistam em dedu76es 6quele rendimento.

De referir que são englobados na matéria coletável os rendimentos de capitais, prediais e as mais-valias, assim como outro tipo de rendimentos não específicos. A taxa de impostos sobre lucros é de 21%.

Descrição	2016	2015
Tributação Autónoma	13,89	158,19
Total	13,89	158,19

9. Benefícios dos empregados

O número médio de colaboradores ativos no corrente exercício foi de 4 (2015: 5). Em 31 de dezembro de 2016, o número de colaboradores era de 4 (2015: 4), e o número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foi, respetivamente “1” e “1”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários e órgãos diretivos foram os seguintes:

Rubricas	2016	2015
Remunerações dos órgãos diretivos	43.186,22	43.217,30
Remunerações do pessoal	55.192,68	70.454,96
Benefícios de cessação de emprego – Valor integral	0,00	16.130,00
Encargos sobre remunerações	21.071,16	23.653,65
Seguros de acid. no trab. e doenças prof.	1.374,31	1.521,96
Outros gastos com o pessoal	105,00	2.259,72
Total	120.929,37	157.237,59

Os “outros gastos com o pessoal” englobam, nomeadamente, gastos com formação profissional, no valor de 105,00 € (2015: 2.051,82 €).

10. Instrumentos financeiros

10.1. Associados

O património associativo nominal da *Energaia* é constituído por cento e cinquenta mil unidades de participação, correspondendo a cada unidade de participação o valor de 1,00 €. Os associados são municípios e associados não municipais, sendo que, segundo os estatutos da entidade, os

municípios associados possuem uma percentagem do património associativo nominal equivalente a oitenta por cento das unidades de participação.

Em 2012, foram criados novos estatutos da entidade, tendo sido iniciado, nesse exercício, o processo de subscrição do património associativo, que visa ficar representado conforme se segue:

Associados	Unidades de Participação	%
Município de Vila Nova de Gaia	55.200,00	36,80%
Município de Santa Maria da Feira	30.000,00	20,00%
Município de Oliveira de Azeméis	13.200,00	8,80%
Município de São João da Madeira	7.200,00	4,80%
Município de Vale de Cambra	7.200,00	4,80%
Município de Espinho	7.200,00	4,80%
Associados não municipais	30.000,00	20,00%
Total	150.000,00	100,00%

Em 31 de dezembro de 2016, o fundo previsto nos estatutos inerente aos associados municipais encontra-se totalmente subscrito. Relativamente à quota-parte do fundo dos associados não municipais, está por subscrever a quantia de 2.500,00€, que representa 1,67% do fundo total.

Do fundo subscrito pelos associados, encontra-se realizado, a 31 de dezembro de 2016, o montante de 145.000,00 € (31.12.2015: 145.000,00€), ficando da seguinte forma:

Fundos	€
Saldo em 31.12.2015	145.000,00
Aumentos no exercício	0,00
Saldo em 31.12.2016	145.000,00

Assim, dos fundos subscritos encontra-se por realizar o montante de 2.500,00 €, conforme divulgado no quadro seguinte, que sintetiza os saldos pendentes com os associados.

Quantias de saldos pendentes

Associados Municipais	Total a receber							
	2016				2015			
	Unidades Participação	Quotas	Outros	Total	Unidades Participação	Quotas	Outros	Total
Município de Vila Nova de Gaia		14.798,19		14.798,19		87.086,92		87.086,92
Município de Vale de Cambra		643,40		643,40				
Município de São João da Madeira								
Município de Oliveira de Azeméis		1.179,57		1.179,57				
Município de Espinho								
Associados Não Municipais								
EDP – Distribuição – Energia, SA		223,40		223,40		667,54		667,54
GALP Energia, SA		670,20		670,20				
STCP, S.A.	2.500,00	833,33		3.333,33	2.500,00	833,33		3.333,33
Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.		670,20		670,20		1.780,00		1.780,00
SULDOURO, SA		446,80		446,80				
ADENE – Agência para a Energia		893,61		893,61		445,03		445,03
EDP Gás, S.A.		670,20		670,20		445,03		445,03
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto		223,40		223,40				
Universidade de Aveiro		670,20		670,20		667,54		667,54
Águas do Norte, SA						445,03		445,03
Totais	2.500,00	21.922,50		24.422,50	2.500,00	92.370,52		94.870,52

As transações com os associados constam do quadro seguinte:

Transações

Associados	2016			2015		
	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações	Prestação de Serviços	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações	Prestação de Serviços
Associados Municipais						
Município de Vila Nova de Gaia		87.067,27			87.086,92	40.837,23
Município de Santa Maria da Feira		47.319,16			47.329,84	
Município de Oliveira de Azeméis		20.820,45			20.825,13	
Município de São João da Madeira		11.356,60	9.320,00		11.359,17	
Município de Vale de Cambra		11.356,60			11.359,17	
Município de Espinho		11.356,60	4.550,00		11.359,17	
Associados Não Municipais						
EDP Distribuição, S.A.		893,60			890,05	
Suldouro, S.A.		893,60			890,05	
STCP, S.A.						
Águas do Douro e Paiva					445,02	
Metro da Área Metropolitana do Porto, SA		893,60			890,05	
ADENE - Agência para a Energia		893,61			890,05	688,80
GALP Energia, S.A.		893,60			890,05	
Instituto Superior de Engenharia do Porto		893,61			890,05	
EDP Gás, S.A.		893,60			890,05	
Universidade de Aveiro		893,60			890,05	
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto		893,60			890,05	
Águas do Norte, SA					445,03	615,00
Total		197.319,08	13.870,00		198.219,92	42.141,03

10.2. Créditos e receber

10.2.1. Clientes e Utentes

Conforme já foi mencionado na nota 3 deste anexo, as dívidas de clientes são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor recuperável.

Para os períodos de 2016 e 2015, a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Clientes	2016	2015
Galp Power, SA	0,00	1.931,10
RNAE – Assoc. das Agências de Energia e Ambiente	1.537,50	1.537,50
Município de Espinho	5.596,50	0,00
Total	7.134,00	3.468,60

10.2.2. Outras contas a receber

Tal como as dívidas de clientes, as “Outras contas a receber” são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor recuperável.

A rubrica “Outras contas a receber” apresentava, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Outras contas a receber	2016	2015
Fornecedores c/c	207,38	207,38
Devedores por acréscimos de rendimentos	11.356,60	25.864,68
Total	11.563,98	26.072,06

A conta de “Devedores por acréscimos de rendimentos” referem-se a rendimentos do exercício para os quais os respetivos documentos de suporte são de 2017.

10.2.3. Pessoal

Pessoal	2016	2015
Outras operações – Conta corrente	549,68	368,07
Total	549,68	368,07

10.3. Caixa e depósitos bancários

Não existem, à data do balanço, saldos não disponíveis para uso. O “Caixa e depósitos bancários” englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e depósitos bancários	31.12.2016	31.12.2015
Caixa		
Numerário	147,44	348,17
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	196.088,00	209,21
Depósitos a prazo	0,00	90.000,00
Caixa e depósitos bancários	196.235,44	90.557,38

10.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações em 2016 e 2015:

Descrição	Saldo em 01.01.2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31.12.2016
Fundos	191.240,00			191.240,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-914.553,99	27.936,23		-886.617,76
Total:	152.438,33	27.936,23		180.374,56

Descrição	Saldo em 01.01.2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31.12.2015
Fundos	188.740,00			188.740,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-979.407,38		64.853,39	-914.553,99
Total:	85.084,94		64.853,39	149.938,33

sendo que os Fundos, em 2015, estavam apresentados, no balanço, pelo valor de realização, enquanto que, em 2016, estão apresentados pelo valor subscrito, alteração esta que resulta da entrada em vigor do novo normativo.

10.5. Fornecedores

As dívidas a Fornecedores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	2016	2015
PETRÓLEOS DE PORTUGAL, S.A.	449,76	631,72
NOS-COMUNICAÇÕES, SA	461,59	541,08
IRRADIARE–INV, E DESENV. ENG AMBIENTE, LDA	3.136,50	7.318,50
ENERGIE CITES	0,00	2.500,00
BNP PARIBAS LEASE GROUP SA	0,00	162,11
Outros	115,71	117,56
Total	4.163,56	11.270,97

10.6. Outros passivos correntes

10.6.1. Outras contas a pagar

Tal como as dívidas a Fornecedores, as “Outras contas a pagar”, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar	2016	2015
Credores por acréscimos de gastos	17.938,06	18.077,16
Outros credores	1.168,50	4.533,17
Total	19.106,56	22.610,33

A conta de “Credores por acréscimos de gastos” contempla a quantia de 16.363,74 € (2015: 16.363,74 €) relativa a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2016 e a liquidar em 2017, e ainda a afetação de gastos ao exercício, para os quais os respetivos documentos de suporte são de 2017, no valor de 1.574,32 € (2015: 1.713,42€).

10.6.2. Pessoal

Pessoal	2016	2015
Outras operações – Conta corrente	314,33	61,92
Total	314,33	61,92

10.7. Financiamentos obtidos

Os empréstimos estão registados no passivo ao custo, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

Os empréstimos e descobertos bancários, correntes e não correntes, decompunham-se, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, da seguinte forma:

Financiamentos Obtidos	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários						
Descobertos bancários	77,95		77,95	402,17		402,17
Locações financeiras						
Desconto de letras						
Suprimentos						
Factoring						
Total	77,95		77,95	402,17		402,17

Em 2016, o saldo pendente nesta conta, respeitava somente à utilização do cartão de crédito.

11. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos incluem os juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos a curto prazo, bem como os correspondentes encargos financeiros.

São calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efetiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Os juros e os outros gastos com financiamentos foram os seguintes:

Rubricas	2016	2015
Empréstimos bancários	0,00	9,69
Total	0,00	9,69

12. Locações operacionais

O contrato de aluguer da viatura ao serviço da empresa reveste a natureza de locação operacional, visto que não são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. Os custos deste aluguer ascenderam a 7.224,48 €, em 2016, e 7.224,48 € em 2015.

Descrição do acordo de locação existente em 31/12/16 e 31/12/15:

Nº Contrato	Locadora	Data Inicio	Data Fim	Bem Locado	Valor mensal do aluguer	Opção de Compra
703827	BMW Renting (Portugal), Lda.	04-07-2014	30-06-2018	Viatura 16-OV-41	602,04	N

13. Divulgações exigidas por diplomas legais

Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80, de 7/11, informa-se que não existem dívidas vencidas para com o Estado.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, informa-se que não existem dívidas perante a Segurança Social.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2016	2015
Gastos a reconhecer		
FSE	361,87	355,09

14.2. Estado e outros entes públicos

Os saldos da rubrica “Estado e outros Entes Públicos” estão divididos da seguinte forma:

	2016		2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	62,23			158,19
Impostos s/ rendimento - IRS		1.543,00		1.601,00
Imposto s/ valor acrescentado - IVA		2.041,88	1.359,32	
Contribuições p/ segurança social		2.420,29		2.419,96
	62,23	6.005,17	1.359,32	4.179,15

14.3. Fornecimentos e serviços externos

A *Energaiia* caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e pelo reconhecimento de diversas valências técnicas, que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, e como forma de evitar o crescimento inadequado da equipa, a *Energaiia* recorre à subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

Entre os gastos com “Trabalhos especializados” destacam-se os serviços de contabilidade, no valor de 6.657,00€, de revisão de contas, no valor de 2.491,23 €.

A rubrica “Rendas e alugueres” é composta por:

- Renting 7.224,48 € (2015: 7.224,48 €) (viaturas)
- Aluguer 7.382,28 € (2015: 7.714,33 €) (instalações da sede da agência) e, 1.178,69 € (2015: 0,00 €) (fotocopiadora)

Desta forma, a repartição dos “Fornecimentos e serviços externos”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Rubricas	2016	2015
Subcontratos	8.175,30	20.395,20
Trabalhos especializados	17.613,32	10.607,46
Publicidade e propaganda	156,05	606,18
Honorários	350,37	0,00
Material de escritório	160,81	1.275,62
Combustíveis	3.899,02	4.325,20
Deslocações, estadas e transportes	2.177,05	5.180,25
Rendas e alugueres	15.785,45	14.938,81
Comunicação	4.598,58	4.324,35
Despesas de representação	683,38	1.109,18
Outros	4.218,52	5.240,11
Total FSE	57.817,85	68.002,36

14.4. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos	2016	2015
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	11,10
Outros	80,01	1.903,27
Juros	304,48	0,00
Total	384,49	1.914,37

14.5. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos	2016	2015
Correções relativas a exercícios anteriores	0,01	17.831,72
Quotizações	2.720,00	2.720,00
Outros	1.700,30	306,84
Total	4.420,31	20.858,56

15. Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 21 de março de 2017. As mesmas poderão ser alteradas aquando da assembleia de aprovação de contas.

Entre a data do balanço e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

APROVAÇÃO

Vila Nova de Gaia, 21 de março de 2017

O Contabilista Certificado

Luís Cardoso

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vitor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia